

---

## APRESENTAÇÃO

As questões antropológicas relacionadas ao tema do sofrimento e da violência têm como pano de fundo a complexa relação entre indivíduo e sociedade e as diferentes formas de interpenetração entre um e o outro. Autores que estudam esses temas comentam com frequência sobre a dificuldade de enquadrar violência e sofrimento em uma definição. Scheper-Hughes e Bourgois (2010) referem-se à violência como um conceito “escorregadio” (*slippery*) devido à multiplicidade e à plasticidade de suas formas. Farmer (1997, p. 261, tradução nossa) refletindo sobre o sofrimento também questiona se é possível encontrar uma definição comum, para além do fato de que se refere a “ataques insidiosos à dignidade que causam dano profundo e injusto”.

Mas a dificuldade de definir talvez seja, ela própria, parte da importância desse tema de estudos para a antropologia. Interessa para a organização deste número de *Horizontes Antropológicos*, antes que definir, adentrar os contextos de sofrimento e violência e explorar teórica e analiticamente a sua complexidade.

Catástrofes de várias ordens, guerras, tragédias, pobreza crônica, exclusão, tortura, desaparecimento forçado de familiares ou entes queridos são, entre outras, experiências devastadoras de violência e de sofrimento geradas por condições sociais e políticas específicas que penetram na vida de sujeitos, que passam a habitar um universo que se lhes torna estranho, transformando radicalmente seu modo de estar no mundo.

Grande inspirador desta coletânea de artigos é a ideia de “sofrimento”, tal como formulada por Arthur Kleinmann, Veena Das e Margareth Lock (1997) em seu livro seminal *Social suffering*. Os autores compreendem-no como o resultado de forças devastadoras que alteram decisivamente a experiência humana. À luz da noção de sofrimento social, o que buscamos nesta coletânea que articula o sofrimento a experiências de violência foi mostrar as análises em curso no contexto latino-americano sobre as formas de elaboração de distintas experiências de violência, analisadas aqui sempre contextualmente, nos vários âmbitos sociais e linguagens nos quais os processos dessa elaboração têm acontecido e se desenvolvido.

A palavra tem um lugar central nas análises aqui empreendidas. A escrita no caso de Carolina Maria de Jesus, em particular em seu diário transcrito no livro *Quarto de despejo*, é analisada por Marco Antonio Gonçalves como uma forma de elaboração de suas condições de existência. As narrativas aparecem como ação política e ato de cura na análise de Paula Lacerda, e a palavra silenciada é expressa na contramão como memórias subterrâneas nos contextos de ditaduras, como analisa Cynthia Sarti. A palavra remete, assim, ao que é dizível ou indizível acerca do vivido, ao que é passível de escuta ou não, como ressalta Dibe Ayoub em sua análise do sofrimento de mulheres no interior do estado do Paraná, em torno de conflitos de terras envolvendo uma empresa madeireira. Como argumenta a autora, há violências que são incommunicáveis segundo a moralidade da vida cotidiana. Esse eixo argumentativo perpassa a reflexão sobre violência presente nos artigos aqui apresentados no sentido de pensar a expressão e a elaboração da violência limitada ou possibilitada pelas circunstâncias, na esteira dos trabalhos de Veena Das (2007) segundo os quais há um amálgama entre violência, poder, contexto e sentimentos, como ressalta Ayoub.

O silêncio, avesso da palavra, é tematizado em sua relação com a memória e a possibilidade de comunicá-la, como fazem Sarti e Ayoub inspiradas nos trabalhos de Pollak (1986, 1989, 1990). Os silêncios são reveladores de uma etiqueta que regula o que pode ou não ser dito, permeada por relações de poder. Como referido, este é o caso do texto de Dibe Ayoub sobre as expressões da violência em um conflito de terras, no qual a autora conta, de forma sensível, as histórias de mulheres que falam do seu “sofrimento” em contextos de conflito de terras no Paraná. Para adentrar esse mundo de “sofrimento” a autora atenta para a temporalidade contida nas narrativas das mulheres: no caso de Joaquina, o “sofrimento” acompanhou toda sua vida; no caso de Francisca, ele surgiu “no tempo” em que uma certa empresa exploradora de madeira tomou conta das terras do local. Elas falam de um tempo de violência e de agressões entre “jagunços” e “moradores” e de como o sofrimento habitou suas vidas. Ao mesmo tempo, segundo a autora, os casos de Francisca e de Joaquina apontam para as ligações entre silêncio e testemunho, mesmo porque há situações em que reconhecer o conflito implica abrir-se para o questionamento sobre o envolvimento no mesmo.

---

O artigo de Daniele Regina Abilas Prates sobre os percursos da memória entre os refugiados palestinos no Brasil problematiza as formas de lembrar e de recontar eventos e tempos traumáticos, indo ao encontro do debate proposto neste volume sobre as formas de agenciamento do silêncio. Nesse sentido a autora sugere, de forma muito interessante, que o silenciamento pode ser pensado como uma forma de deixar a posição de vítima e retomar o controle de si. Os relatos de palestinos reassentados em Mogi da Cruzes (SP), sobre sua permanência anterior em campos de refugiados após sua expulsão do Iraque, motivam a autora a adentrar a discussão teórica sobre memória traumática e memória do trauma e sobre a relação entre elas. Entre o “eu não me lembro” e o “eu não quero lembrar” a experiência de sofrimento deixa marcas no corpo que *envelheceu*, que *adoeceu*, na *pele que enrugou*. É a memória traumática que no silêncio da voz se faz corpo.

A voz que teima em se fazer ouvir é analisada por Carly Barboza Machado em seu artigo sobre políticas da moral e modos de subjetivação em contextos de violência. No contexto do Rio de Janeiro, a autora toma como foco de análise o caso de ex-bandidos redimidos, “resgatados da morte” pela Assembleia de Deus dos Últimos Dias, do pastor Marcos Pereira. A autora analisa a relação do Estado e da religião na produção e na mediação do sofrimento sugerindo, através das suas histórias, como esses sujeitos, a quem muitas vezes negamos a palavra, se fazem ouvir.

Marco Antonio Gonçalves baseia-se na proposta analítica de Veena Das (2007) que conceitua a noção de “conhecer pelo sofrimento”, segundo a qual o sofrimento se configura como uma condição subjetiva necessária para produzir o conhecimento apreensível para além de situações extremas ou limite, para analisar a escrita de Carolina Maria de Jesus, “dolorosamente crítica”, como uma forma de automodelagem de sua pessoa – na acepção de Marcel Mauss (1974), uma produção de si através da narrativa, construída, segundo o autor, a partir de sua percepção de seu sofrimento. O autor, com base na ideia de “corporificação do sofrimento social”, formulada por Ceres Vítora (2011), analisa a escrita da dor segundo uma “cosmografia da fome” que ganha, na escrita de Maria Carolina, “uma complexa elaboração de cartografias que fazem coincidir corpo e espaço, territórios urbanos de deambulação e órgãos corporais”. O diário de Carolina, para o autor, não é uma sucessão

de dias, “é uma condição de existência que encerra passado, presente e futuro”. Encarna, assim, a duração de um tempo estrutural, que narra, mais do que a vida, o desejo ser escritora e de aceder a essa transformação. Uma escrita, portanto, que afeta, operada no corpo e que, pelos paradoxos que encerra – livro e lixo, escritora e favelada – produziu um efeito catártico, que possibilitou, no hierarquizado Brasil dos anos 1960, sofrer o sofrimento do outro, a partir da narrativa de uma mulher negra, pobre e favelada. A estrutura de seu sofrimento realiza-se através da escrita como “uma possibilidade de agência, revolta, revide que promove os processos de transformação de sua condição social de existência desafiando as configurações da sociedade brasileira dos anos 1960”.

Paula Lacerda analisa a mobilização política como forma de gestão das emoções por meio da investigação do processo de constituição de identidades políticas que se inicia como resposta a acontecimentos violentos ocorridos na cidade de Altamira, no Pará, em 1992, envolvendo a mutilação sexual de meninos, entre 8 e 15 anos, que ficaram conhecidos como os “crimes de emasculação”. Alguns dos meninos foram encontrados mortos enquanto outros permaneceram “desaparecidos”. Seu texto mostra, com sensibilidade, o processo pelo qual as narrativas dos familiares das vítimas – o “falar” sobre o “caso” – vão se transformando em ação política e, ao mesmo tempo, em um ato de cura. Nesse mesmo sentido, o artigo de João Baptista Alvares Rosito e Arlei Sander Damo sobre as Caravanas da Anistia mostra como a enunciação da violência sofrida se revela a antítese da experiência de dor anteriormente sofrida. A possibilidade de narrar contrasta com a violência-limite que impede o discurso.

O indizível das experiências traumáticas de violência, assim, tem a ver, sobretudo, com as dificuldades de encontrar lugares de escuta para uma experiência desestabilizadora tanto para quem a vive e narra como para quem a testemunha ou ouve, como argumenta Sarti. Em seu texto, a autora analisa as narrativas sobre violência que emergem no momento em que é silenciado o discurso dos que resistiram à ditadura pela suposta conciliação da Lei da Anistia de 1979. A literatura ocupa um lugar de destaque como forma subterrânea de expressão, construindo um discurso que se situa fora do âmbito judicial das políticas vinculadas à chamada justiça de transição. A noção moderna de direitos faz emergir, a partir da experiência de sofrimento associado

---

à violência, a figura da vítima como forma de reconhecimento social da violência. Assim, a partir dos anos 1990, começa a tomar corpo no país a reivindicação do lugar de “vítima da ditadura militar”. A questão coloca-se na pauta política sobretudo a partir de 1995, quando, pela lei nº 9.140, o Estado brasileiro assume a responsabilidade pela morte e desaparecimento de pessoas durante a ditadura militar. Sarti problematiza essa noção ao analisar o não reconhecimento de si como vítimas do ponto de vista dos protagonistas da luta contra a ditadura, pela conotação negativa associada à vítima, que exime o sujeito de responsabilidade.

O artigo de João Baptista Alvares Rosito e Arlei Sander Damo analisa as Caravanas da Anistia – sessões públicas e itinerantes que constituem atividades da Comissão de Anistia e se inserem nas políticas de reparação e memória do Estado brasileiro em relação à ditadura militar (1964-1985) – como uma arena pública peculiar que funciona como espaço de escuta e enunciação de narrativas sobre as experiências de violência e perseguição políticas sofridas durante a ditadura. O texto mostra as formas pelas quais essas cenas públicas, por meio de testemunhos e relatos de sofrimento e violência, articulam sentidos sobre essas experiências que impactam não apenas a cena interna das caravanas, mas os debates políticos mais amplos em curso no país sobre o legado da ditadura militar. Se inicialmente foram pensadas para fundamentar a decisão em relação às políticas de reparação de caráter indenizatório, como sessões itinerantes de análise e julgamento dos requerimentos de reparação econômica em diferentes regiões do país, essas sessões possibilitaram a emergência de discursos não previstos. A enunciação e a escuta de narrativas acerca do sofrimento experimentado durante a ditadura militar trouxe à tona a tensão presente nas políticas de reparação no Brasil com relação à ênfase inicial dessas políticas na reparação econômica, em detrimento da busca de verdade e justiça, consubstanciada na localização dos corpos e responsabilização dos responsáveis pelos crimes de tortura, morte e desaparecimento. Acentuava-se nos depoimentos “a ineficácia do dinheiro em reparar o dano sofrido”. Os autores, assim, analisam os distintos papéis que os relatos públicos de violência e sofrimento desempenham na execução de políticas reparatórias, argumentando que as caravanas alteraram a orientação dessas políticas, ao instaurarem um processo que materializa disputas acerca do legado da ditadura militar

no que diz respeito às respostas estatais em face das reivindicações das vítimas. Para eles, os relatos de violência e sofrimento foram relevantes para a reconfiguração da ênfase na reparação financeira, ao colocarem “em primeiro plano os atos discursivos e de homenagem às vítimas e ao forjarem sentidos de verdade”, antecipando a Comissão Nacional da Verdade, que seria instituída posteriormente.

Na mesma linha, o artigo de Alejandro Castillejo-Cuéllar analisa, de modo contundente, as formas como aparecem e são construídas as histórias de violência na sociedade colombiana a partir de espaços institucionais de elaboração dessas experiências, produzindo efeitos igualmente não inscritos nos marcos em que foram concebidos esses espaços. Baseia-se no processo que se seguiu à implantação da Lei de Justiça e Paz na Colômbia, em 2005, inserida em controvertidos arranjos da “justiça de transição”, no país, durante o governo do presidente Álvaro Uribe, para analisar a maneira como uma sociedade particular enfrenta e nomeia de modos específicos os “efeitos” da violência e busca “localizar” e circunscrever em determinados planos o que aconteceu. O autor busca, no caso em pauta, compreender como a investigação judicial “identifica”, “busca” e “comprova” os crimes cometidos pelos grupos armados. O autor faz uma detalhada etnografia sobre como se constroem as versões dos delitos, as informações buscadas pelo “fiscal”, como são apresentadas perante a audiência e como circulam, no contexto da busca de “restos humanos”, resultantes de desaparecimentos forçados, mostrando itinerários de investigação que percorrem o caminho das próprias feridas, construindo “mapas”, uma cartografia da dor e da violência, caminho empreendido pelos investigadores em torno dos eventos de violência ocorridos no país em 2003 e 2004.

Em outro contexto, o do Chile, e a partir de uma pesquisa que abarca um período histórico mais largo, Sonia E. Reyes Herrera, Juan Carlos Rodriguez Torrent e Patricio Medina Hernández focalizam a cidade de Lota, primeira cidade industrial do país, monoprodutora de carvão, com um passado marcado pela forte presença de um sindicalismo e de uma classe operária atuantes, mostrando a dor e o sofrimento à luz do fechamento da mina e de seu impacto na vida dos trabalhadores. Ao descreverem o processo de derrocada das atividades laborais e sindicais por que passou a cidade nos últimos 40 anos, após a ditadura militar de Augusto Pinochet, mostram um processo que em que a

---

dor e o sofrimento não se localizam apenas no corpo, mas na cidade, em seu declínio que atravessa o espaço público e privado, afetando “a arquitetura, a vida e a atividade ritual que lhe dá sentido”, pensando a dor como uma questão não do homem com seu corpo, mas com o mundo que o cerca, a partir das formulações de David Le Breton (2013). Fazem a análise das transformações econômicas e sociais, incluindo as mudanças arquitetônicas, pelas quais passou o local, a partir da ruína da indústria mineira de carvão, que relegou os habitantes trabalhadores da localidade a um não lugar. O sofrimento, nesse caso, desencadeia-se por um mundo que já não existe e pelo que não tem retorno: “o fim do trabalho nas minas, embora a mina tenha-lhes consumido a vida”.

A problemática da construção, do reconhecimento e da representação social da vítima que percorre vários artigos deste volume encontra, no trabalho de Silvana Jesus do Nascimento, a situação de crianças indígenas. A autora refere-se às formulações de Sarti (2009, 2011) para mostrar que a criança está entre as figuras representativas da condição de vítima, ocupando uma situação prévia de vulnerabilidade, e argumenta que sobre a criança indígena em situação de abrigo (o índiozinho/coitadinho) incidem múltiplas vitimizações. Nesse caso ela é considerada vítima de sua “cultura”, que “não tem educação”, vítimas dos seus “pais que são bêbados”, “preguiçosos”, “sujos”, aqueles que não garantem os seus direitos fundamentais. Entretanto, a autora aponta para o fato de que, se por um lado a noção de vítima dá visibilidade à violência sofrida pelas crianças indígenas, ela invisibiliza a violência histórica sofrida por toda a comunidade kaiowá desde os primeiros encontros com os colonizadores até as políticas de Estado dos dias de hoje.

Uma outra linguagem do sofrimento é discutida por Naara Luna no seu artigo sobre as imagens contidas em documentários pró-vida e pró-escolha. O reconhecimento social do sofrimento de mulheres e fetos é buscado por cada um dos lados, entretanto, a autora ressalta que ao se construir a condição de vítima de um, nega-se a condição de vítima do outro. Nos documentários do movimento pró-vida, os embriões e fetos apresentam-se como dotados de direitos e a mulher como uma assassina, por negar esses direitos ao privá-los da vida. Por outro lado, a retórica imagética do pró-escolha está centrada no sofrimento da mulher, determinada “em mostrar quantas mulheres morrem ou sofrem sequelas pelo aborto clandestino, ou seja, são vítimas em busca de socorro”.

Uma contribuição para os estudos sobre violência, que se direciona para a questão metodológica, vem com o artigo de João Trajano Sento-Sé e Maria Claudia Coelho. Os autores apresentam um estudo comparativo sobre os relatos de jovens em três diferentes situações concernentes às formas de institucionalização: em cumprimento de medidas socioeducativas; inseridos no sistema escolar público; e afastados de qualquer tipo de vínculo institucional, a partir do qual questionam a escola e os vínculos familiares como marcos de referência para o estudo das experiências jovens, problematizando, assim, o lugar atribuído ao que chamam de as três grandes matrizes consagradas pelos estudos dos comportamentos desviantes: a família, a escola, as perspectivas de futuro. Concluem com uma hipótese que é ao mesmo tempo uma indagação, a de que o olhar sobre as trajetórias “anômicas” parte de uma “arqueologia do saber” que, ao construir “grupos” de jovens segundo o critério institucionalizado/não institucionalizado, concorreria para a cristalização daquelas formas matriciais de explicação dos comportamentos desviantes, processo entranhado na própria concepção da pesquisa ao considerar a escola como forma principal/desejável da institucionalização, por oposição a outras formas de institucionalização ou à não institucionalização. Indagam ainda se a centralidade atribuída à experiência familiar e à relação família-escola não seria uma terceira versão desta “arqueologia” do saber.

Os artigos que compõem este dossiê sobre sofrimento e violência abordam, assim, o tema sob distintos ângulos, buscando dar conta dos diferentes contextos aqui enunciados para uma temática que parece inesgotável em sua complexa relação entre o indivíduo e o mundo social. Deixamos ao leitor o sabor da leitura e a possibilidade de caminhos diversos por onde enveredar na interpretação dos textos aqui apresentados.

O *Espaço Aberto* apresenta as conferências dos professores Roque de Barros Laraia e Mariza Peirano, convidados para participarem e abrilhantarem, abrindo e encerrando, respectivamente, a celebração em 11 e 12 de março de 2014 dos 40 anos do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da UFRGS. O convite aos dois professores, com longas e brilhantes trajetórias na antropologia brasileira e continuadas cooperações com o PPGAS-UFRGS desde a implantação da pós-graduação em *stricto sensu*, com a criação do curso de mestrado em 1979, e intensificada com a criação do curso de doutorado em 1991, se constituiu em justas homenagens, oportunidades para novas aprendizagens e camaradagens.



---

O professor Roque dissertou sobre sua própria história de vida, trazendo à cena a disciplina, personagens, ambientes, circunstâncias, fatos compartilhados que se mesclam com a própria história da antropologia no Brasil.

A professora Mariza, colocando em paralelo os seus estudos de antropologia política e suas reflexões sobre etnografia, refletiu sobre a inquietação do antropólogo em conhecer o mundo em que vivemos; sua disposição em confrontar o imprevisto e em questionar certezas, sempre a partir da etnografia, simultaneamente método e teoria.

Concluindo a apresentação deste número de *Horizontes Antropológicos* nos reportamos à fotografia que ilustra sua capa. Ela mostra um belo ângulo da escultura *O rapto de Proserpina* (1622), de Gian Lorenzo Bernini (1598-1680). Como se percebe, ela atende plenamente à norma da revista que pede uma ilustração esteticamente expressiva e pertinente à temática do respectivo número.

Ceres Vïctora  
Cynthia Sarti

## Referências

DAS, V. *Life and words: violence and the descent to the ordinary*. Berkeley: University of California Press; 2007.

FARMER, P. On suffering and structural violence: a view from bellow. In: KLEINMAN, A.; DAS, V.; LOCK, M. *Social suffering*. Berkeley: University of California Press, 1997. p. 261-283.

KLEINMAN, A.; DAS, V.; LOCK, M. *Social suffering*. Berkeley: University of California Press, 1997.

LE BRETON, D. *Antropologia da dor*. Trad. de Iraci D. Poleti. São Paulo: Fap-Unifesp, 2013.

MAUSS, M. Uma categoria do espírito humano: a noção de pessoa, a noção do “eu”. In: MAUSS, M. *Sociologia e antropologia*. São Paulo: EPU; Edusp, 1974. p. 207-241.

POLLAK, M. La gestion de l'indicible. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, Paris, n. 62/63, p. 30-53, juin 1986.

POLLAK, M. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, ano 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

POLLAK, M. *L'expérience concentracionnaire*: essai sur le maintien de l'identité sociale. Paris: Métailié, 1990.

SARTI, C. Corpo, violência e saúde: a produção da vítima. *Sexualidad, Salud y Sociedad: Revista Latinoamericana*, v. 1, n. 1, p. 89-103, 2009. Disponível em: <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/ojs/index.php/SexualidadSaludySociedad/article/view/12/125>>. Acesso em: 30 jun. 2014.

SARTI, C. A vítima como figura contemporânea. *Cadernos CRH*, Salvador, ano 24, n. 61, p. 51-61, jan./abr. 2011.

SCHEPER-HUGHES, N.; BOURGOIS, P. Introduction: making sense of violence. In: SCHEPER-HUGHES, N.; BOURGOIS, P. *Violence in war and peace*. Victoria: Blackwell Publishing, 2010. p. 1-31.

VÍCTORA, C. G. Sofrimento social e a corporificação do mundo: contribuições a partir da Antropologia. *RECIIS. Revista Eletrônica de Comunicação, Informação & Inovação em Saúde*, v. 5, n.4, p. 3-13, 2011.